

Macaringue, S. B. (2026). *Análise da eficiência do controlo interno na administração do sector público: estudo de caso do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica – 2019 a 2024*.

momento da tomada de decisão. É nesta base que surgiu o controlo interno como uma das principais ferramentas da organização para alcançar as suas metas estabelecidas. Com efeito, é através do controlo interno que a organização consegue proteger o seu património, prevenir erros e fraudes e ainda conquistar a dignidade por meio das suas normas e regulamentos. Tendo-se adoptado a abordagem qualitativa e tendo sido entrevistados quatro agentes de pesquisa, verificou-se que o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica, no período em análise, não apresentou, na sua estrutura organizacional, aspectos ou procedimentos fidedignos relativos ao controlo interno. Com base nos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura da Manhica, para o período em análise, conclui-se que os sistemas de controlo interno na administração do sector público não demonstram eficiência na sua íntegra.

Palavras-chave: Controlo Interno; Sistema de Controlo Interno; Sector Público.

ABSTRACT

The general objective of this research was to analyze the efficiency of internal control in the administration of the Manhica District Planning and Infrastructure Service. The entity must structure its internal control system to ensure it knows what is happening in its various sectors, records and books it correctly and on time, and transfers information to administrators to support decision-making. That is, to achieve its objectives, the organization needs various forms of assistance, especially when making decisions. On this basis, internal control emerged as one of the organization's main tools for achieving its established goals. In fact, internal control enables the organization to protect its assets, prevent errors and fraud, and uphold integrity through its rules and regulations. Using a qualitative approach and four research agents, the study found that the Manhica District Planning and Infrastructure Service, for the period under analysis, did not demonstrate reliable internal control aspects or procedures in its organizational

structure. Based on the Manhica District Planning and Infrastructure Service, for the period under analysis, it is concluded that the internal control systems in public sector administration do not demonstrate their full efficiency.

Keywords: Internal Control; Internal Control System; Public Sector.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación fue analizar la eficiencia del control interno en la administración del Servicio de Planificación e Infraestructura del Distrito de Manhica. Se basa en la premisa de que la entidad debe estructurar su sistema de control interno de manera que garantice el conocimiento de los eventos que ocurren en sus diversos sectores, su correcto registro y la oportuna documentación para que la información se transfiera a los administradores y apoye su toma de decisiones. Es decir, la organización, para lograr sus objetivos, necesita diversas formas de apoyo, especialmente en el momento de la toma de decisiones. Es sobre esta base que el control interno surgió como una de las principales herramientas de la organización para alcanzar sus metas establecidas. De hecho, es a través del control interno que la organización logra proteger sus activos, prevenir errores y fraudes y ganar prestigio mediante sus normas y reglamentos. Al adoptar un enfoque cualitativo y utilizar cuatro agentes de investigación, se encontró que el Servicio de Planificación e Infraestructura del Distrito de Manhica, durante el período analizado, no presentó aspectos ni procedimientos confiables en materia de control interno en su estructura organizacional. Con base en los datos del Servicio de Planificación e Infraestructura del Distrito de Manhica para el período analizado, se concluye que los sistemas de control interno en la administración del sector público no demuestran plena eficiencia.

Palabras clave: Control interno; Sistema de control interno; Sector público.

Macaringue, S. B. (2026). *Análise da eficiência do controlo interno na administração do sector público: estudo de caso do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica – 2019 a 2024*.

foram tratados e à forma de apreensão de uma realidade, em que, no caso da pesquisa qualitativa, o mundo é conhecido por meio de experiência e senso comum (conhecimento intuitivo), em oposição às abstrações (modelos) da pesquisa quantitativa. Justifica-se também pela estruturação da amostra: como sugere Malhotra (2006), a pesquisa

Agentes de Pesquisa	SIM	%	NÃO	%
A			X	25
B	X	25		
C	X	25		
D			X	25
% TOTAL		50		50

qualitativa é não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema pesquisado.

Colecta de dados

Para a obtenção dos dados, recorreu-se aos resultados da entrevista semiestruturada e realizou-se o cruzamento com a literatura especializada que aborda o conteúdo em estudo.

Instrumentos

Relativamente aos instrumentos, usou-se a entrevista semiestruturada por ser um método mais espontâneo, no qual o entrevistador faz apenas algumas perguntas predeterminadas. O restante do processo é semelhante a uma conversa não planeada (Gil, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica é o órgão local do Estado encarregado de realizar o programa do Governo e o plano económico e social, com poderes de decisão, execução e controlo das actividades previstas.

São funções específicas do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas:

1. No âmbito do planeamento e ordenamento territorial:
2. No âmbito de recursos hídricos:
3. No âmbito dos recursos energéticos:
4. No âmbito das obras públicas, infraestruturas e equipamento:
5. No âmbito do transporte e do trânsito.
6. No âmbito da gestão ambiental.

Realização da Auditoria Interna

Questão 1 – A entidade efectuou auditorias internas?

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Tendo sido questionados sobre o efectuar a auditoria interna, notou-se uma divergência equitativa na opinião dos agentes, ou seja, 50% acenou positivamente (sim) e os restantes 50% negativamente (não). Como causa, aponta-se que os que disseram não, não estão familiarizados com o termo e que não estão informados a respeito. É discutível, principalmente, o facto de o técnico da administração desconhecer a existência da auditoria interna (Pinheiro, 2003).

No âmbito da definição da auditoria interna, Morais e Martins (2007) classificaram-na como aquela que é efectuada por quadros da entidade ou não, normalmente organizados num departamento, subordinados á autoridade máxima. São sempre auditorias permanentes.

Questão 2 – Existiu um departamento responsável pela auditoria interna na entidade?

Questão 5 – A entidade possuiu sistemas de controlo interno?

Agentes de Pesquisa	SIM	%	NÃO	%	OR	%
A	X	25				
B	X	25				
C					X	25
D			X	25		
% TOTAL		50		25		25

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Não, questão, foi-se mais específica perguntando se a entidade possuiu Sistemas de Controlo Interno no período em análise? Continuou a ser notória uma disparidade por parte dos agentes de pesquisa no âmbito das suas respostas, a saber: 50% afirmaram que sim, 25% disseram que não e 25% remeteram à outra resposta, ou seja, nem sim nem não.

Para complementar a questão, buscamos saber dos inquiridos (caso a resposta fosse não) a razão da inexistência do controlo interno, pelo que, o agente C afirmou que se dá pela falta de recursos humanos qualificados para executarem a tarefa requeridas pela área e o agente D também frisou na mesma razão, a falta de recursos humanos qualificados.

Segundo Costa (2010), o controlo interno pode ser definido como o conjunto de partes coordenadas, articuladas entre si, com vista à consecução de objectivos bem determinados, ou seja, o controlo interno deve garantir a eficiência operacional e permitir a melhoria dos processos empresariais e dos resultados. Sobre a regularidade com que foram efectuadas as acções de controlo, 25% afirmou que são feitas semestralmente, 25% disse anualmente e 50% disse que era efectuado num período diferente do diário, semanal, mensal, semestral e anual. O que

revela uma assimetria de informação e não cumprimento do manual de procedimentos internos quanto à periodicidade. É relevante obedecer a um período para garantir uma execução contínua dos procedimentos estabelecidos em vez de remeter ao período esporádico ou a uma execução súbita.

Questão 7 – Foi elaborado um relatório dos resultados verificados nos procedimentos do Controlo interno?

Agentes de Pesquisa	SIM	%	NÃO	%	OR	%
A	X	25				
B	X	25				
C					X	25
D					X	25
% TOTAL		50				50

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Questionados se foi elaborado um relatório dos resultados verificados nos procedimentos do Controlo interno? Os agentes A e B disseram que sim, o que corresponde a 50%, e os agentes C e D remeteram à outra resposta, o que equivale a 50%. Com base no relatório, serão analisados os aspectos positivos e os que merecem correcção, para garantir maior flexibilidade nos objectivos da entidade.

Este resultado, mais uma vez, revela dois pontos divergentes em 50% a 50%, supomos que seja pela assimetria de informações no seio organizacional.

Para complementar, ainda sobre o relatório, buscou-se saber se “foram usados (valorizados) os resultados do Controlo interno para a execução orçamental” e a resposta foi na mesma proporção que a questão anterior (tabela 8); os agentes A e B disseram que sim, correspondendo a 50%, e



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL



Baseada na plataforma OJS. Licença Creative Commons BY 4.0
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albasifc@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

os agentes C e D remeteram à outra resposta, o equivalente a 50%.

Questão 8 – Existiu segregação de funções entre os controladores e o restante do gabinete?

Agentes de Pesquisa	SIM	%	NÃO	%	OR	%
A	X	25				
B	X	25				
C					X	25
D					X	25
% TOTAL		50				50

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

No tocante à segregação de funções, 2 agentes de pesquisa responderam positivamente (sim), o que corresponde a uma margem de 50%, e os restantes 2 responderam à outra resposta, ou seja, nem sim nem não, o que também corresponde a uma margem de 50%.

Segundo Crepaldi (2012), a segregação de funções cria independência entre a execução operacional, a custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização. Torna-se necessário que numa entidade haja a segregação para facilitar o processo e o desempenho efectivo das actividades.

Para confirmar as respostas relativamente à segregação de funções, questionou-se se as facturas foram emitidas por pessoas diferentes das que efectuaram o processamento.

Nesta questão, o agente A respondeu que sim, com 25% para a questão da tabela 10; os agentes C e D não afirmaram nem sim nem não, o que corresponde a 50%; e anulou-se a

resposta do agente B por ter respondido duas vezes, em alternativas distintas, na mesma questão.

Segundo Costa (2010), geralmente, um controlo interno adequado nas compras garante que nenhum pagamento seja efectuado sem documentos legais, evitando pagamentos em duplicidade, assegurando que nenhuma compra fictícia seja realizada e garantindo que toda a compra autorizada seja efectuada e que todos os pagamentos sejam registados. Assim, a empresa terá maior controlo interno nesta área.

CONCLUSÃO

Feita a análise do pronunciamento dos agentes de pesquisa, conclui-se que o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica, no período em análise, não apresentou, na sua estrutura organizacional, aspectos ou procedimentos fidedignos relativos ao controlo interno.

Na visão de Moraes e Martins (2007) e de Almenida (2010), a auditoria (em especial os sistemas de controlo interno) pode contribuir de forma muito significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das actividades dos gestores num ambiente competitivo que lhes exige frequentes tomadas de decisão. Nas organizações com elevado grau de descentralização a auditoria interna constitui um complemento indispensável dessa descentralização, no entanto é neste contexto em que a auditoria interna ajuda no desenvolvimento da economia no geral.

Macaringue, S. B. (2026). *Análise da eficiência do controlo interno na administração do sector público: estudo de caso do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura da Manhica – 2019 a 2024*.

Deste modo, notou-se muita discrepância e contradições na resposta dos agentes de pesquisa que não possibilitam acenar positivamente à seguinte questão (questão de partida): será que os sistemas do controlo interno na administração do sector público demonstram na sua íntegra eficiência?

Com base nos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura da Manhica, para o período em análise, conclui-se que os sistemas de controlo interno na administração do sector público não demonstram eficiência em sua totalidade.

De acordo com Attie (2006) e em consonância com o pensamento de Carvalho (2011), a empresa deve estruturar seus sistemas de forma a garantir o conhecimento dos eventos ocorridos em seus diversos setores, bem como seu registo e escrituração corretos e em tempo hábil, para que a informação seja transferida aos administradores, de modo a apoiá-los na tomada de decisão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. C. (2010). Auditoria: Um Curso Moderno e Completo (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Attie, W. (2006). Auditoria – Conceitos e aplicações. (5ª ed). Editora Atlas. São Paulo.
- Attie, W. (2010). Auditoria – Conceitos e aplicações. (7ª. Ed). Editora Atlas. São Paulo.
- Carvalho, R. (2011). O controlo de gestão: ao serviço da estratégia e dos gestores. 8. ed. Lisboa: Áreas editoras.
- Cavalheiro, J. B.; Flores, P. C. (2007). A organização do Sistema de Controle Interno Municipal. 04. ed. Porto Alegre: CRCRS.

Costa, C. B. (2010). Auditoria Financeira – teoria e prática. (7ª ed). Rei dos Livros. Lisboa.

Crepaldi, S. A. (2012). Contabilidade Gerência: teoria e prática. (3ª ed). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2009). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. (7ª ed). Atlas. São Paulo.

Morais, I. & Martins, G. (2007). Auditoria Interna - Funções e Processos. Lisboa: Áreas Editora.

Pinheiro, J. L. (2003). Auditoria Interna-Auditoria Operacional: Manual Prático para Auditores Internos. (2ª ed). Rei dos livros Letras e conceitos Lda.